

## **Apresentação**

15 de novembro de 1889. Ao cerrar das luzes e fechar das cortinas o velho teatro do Império interpretado por quase 67 anos chegava ao seu ato final. O ocaso da monarquia no Brasil representava o abandono de inúmeros projetos constituídos desde o início do oitocentos e a continuidade de outros que se mostravam mais propícios aos setores que assumiriam as rédeas políticas do país.

A transição entre regimes é sempre marcada por rupturas e continuidades. Durante o século XIX duas alterações no quadro político não foram capazes de apagar as estruturas construídas desde o início do processo de efetivação da colonização. A manutenção das estruturas produtivas agroexportadoras acompanhada pelo domínio oligárquico das elites econômicas foram responsáveis pelas tímidas alterações dos quadros sociais. Apesar da existência de inúmeros projetos de República uma coisa era clara: se as barbas do Velho Imperador não comportavam mais os anseios e projetos das elites políticas alterações nas hierarquias da sociedade não eram preconizadas.

Os antigos espaços da monarquia seriam resinificados, novos atores surgiriam assim como velhos papéis seriam criados. A produção historiográfica sobre o período já se dedicou a compreender tais *anos entrópicos* e a construção das bases do novo estado brasileiro, o republicano. Forjada sob os auspícios da quartelada de novembro o regime republicano seria intensamente disputado. Projetos liberais, jacobinos e positivistas disputariam a modelagem a ser desenhada para o país enquanto apagar-se-iam, contundentemente, entre a última década do século XIX e o início do XX. Nesse quadro de tão significativas alterações, qual seria o papel a ser desempenhado, ou mesmo ocupado, pelas ciências? Ou ainda, qual espaço ocupavam as práticas científicas no regime que falia?

O que aqui se apresenta é fruto de tais questionamentos. Dedicar-nos-emos, portanto, a construção de um quadro comparativo que aproxima quatro importantes instituições do período monárquico a partir de seu corpo funcional. A partir disso apresentaremos um mapa das ciências na Corte, tomando como referência o último ano de governo de D. Pedro II. Pormenorizando o trabalho partiremos da justificativa da escolha das quatro instituições apresentadas e da construção de um conceito específico da noção de “mapa” para compreensão do quadro científico existente no período.

Partimos do pressuposto de que para o entendimento dos alcances de uma prática faz-se necessário o conhecimento de seus atores e é justamente sobre esses que dedicaremos nossa maior atenção.

## **Experimentações para uma Cartografia Processual das Ciências no Brasil Imperial**

Considerando este artigo como uma aproximação experimental para analisar a produção de ciências no Brasil Imperial e suas relações institucionais, vimos a necessidade de explorar opções metodológicas que cobrissem aspectos interdisciplinares na espacialidade e representação dinâmica dos sujeitos participantes desse processo. Assim, verificamos que o conceito de cartografia a partir dos escritos de Deleuze pode ser um caminho seguro para desenvolver um olhar mais apurado sobre as relações institucionais das práticas científicas nacionais, visto que o espaço da ciência na Corte era condensado e seus participantes se faziam presentes em diversas instituições científicas, formando uma rede de agenciamentos, corroborando com uma visão rizomática das produções nacionais.

### **O Método Cartográfico**

Adotar a cartografia como um método de análise histórica, que considera não apenas a factualidade dos textos, mas também uma intervenção no processo de construção do conhecimento a partir das relações que se estabelecem entre os sujeitos analisados requer que o pesquisador tenha uma orientação que não se faça de modo prescritivo, por regras já prontas ou objetivos preestabelecidos. Cartografar processos é ser orientado por pistas que são afetadas pelo próprio ato de pesquisar, em outras palavras, participamos de um processo multidirecional e inseparável entre o conhecer e o fazer, estabelecendo uma inevitável relação de intervenção com os sujeitos pesquisados<sup>11</sup>.

Objetivando evidenciar o desenvolvimento das ciências a partir de instituições e sociedades científicas criadas no Brasil Império, período onde a própria identidade brasileira estava se formando, houve a necessidade de identificar pistas, a partir de um

---

1 PASSOS, E. KASTRUP, V. ESCÓSSIA, L. da. Pistas do método da cartografia: Pesquisa-intervenção e produção de subjetividade. Porto Alegre: Sulina, 2010. p.17.

mesmo plano observacional, para compreender como se formavam as redes de agenciamentos entre sujeitos dessas comunidades e instituições.

Uma pista importante para compreender tais agenciamentos é a notória influência europeia na produção de conhecimento a partir de modelos epistemológicos aceitos no velho continente. A partir dessa condição mimética é que surgem as instituições científicas da Corte enquanto elementos de uma controvérsia epistemológica que tenta desvelar a produção de conhecimento no contexto nacional. Outra pista é dada a partir da fala de Fernando de Azevedo<sup>22</sup> sobre os primórdios da atividade científica no Brasil.

Segundo ele, “a associação entre o poder civil e religioso, caracterizado pela Contra Reforma na metrópole, impondo deliberadamente uma política cultural obscurantista e necessária para a exploração econômica”, foi uma das causas do atraso no desenvolvimento científico brasileiro. Claramente não devemos eleger tais causas como determinantes do desenvolvimento das produções científicas no Brasil, mas enquanto cenário, onde atuam forças epistemológicas, culturais, políticas e sociais diversas, cultura e ciência europeias acabaram por condicionar modelos, e paradoxalmente fez surgir também a necessidade por autonomia e um processo de formação de identidade cultural, política e científica.

A processualidade de uma análise cartográfica a partir do conceito deleuziano revela que a medida que intervimos no plano, nesse caso o documento, este vai se modificando, revelando novas diretrizes e novos elementos. Nesse caso, a análise se faz sem distanciamento, pois estamos lidando com uma metodologia que necessita conhecer os elementos subjetivos na construção de um mapeamento das redes de agenciamento. Segundo KASTRUP, “todo conhecimento se produz em um campo de implicações cruzadas, estando necessariamente determinado neste jogo de forças: valores, interesses, expectativas, compromissos, desejos, crenças etc”<sup>33</sup>.

### **A Problemática das Fontes**

É indispensável para o ofício do historiador a reflexão sobre as fontes que compõem seu quadro analítico. A emergência do século XXI deixou ainda mais latente

---

2 SALDAÑA, Juan Jose. *Ciência e Identidade Cultural: A História da Ciência na América Latina*. In: Figueirôa, Silvia F. de M. *Um olhar sobre o passado*. Campinas, Editora da Unicamp / Imprensa Oficial, 2000, p. 11-32.

3 op. cit. p. 19.

tal questão dado o crescimento vertiginoso de bases e fundos disponíveis da rede mundial de computadores. A desconfiança deve acompanhar a natureza analítica do esforço de construção das narrativas históricas, contudo é inegável o aumento das facilidades de acesso, e construção, de fontes no nosso século. Inclusive, não se pode negar que a internet encurta distâncias, democratiza o acesso à informação e facilita o trabalho de agentes intelectuais.

Para a efetivação de nossa reflexão tornou-se indispensável à utilização de uma rica fonte de produção e circulação entre os personagens que a mesma colige: o Almanaque Laemert. Organizado por uma das principais tipografias da Corte é um registro detalhado dos agentes presentes na sociedade imperial. A partir dele é possível identificar cada personagem atuante nas instituições estudadas. E para além da simples construção de identidades é possível descobrir sua titulação, formação, atuação e local de residência. Um recorte cirúrgico da sociedade imperial e de sua constituição aristocrática.

Além disso, o espaço também figura nesse trabalho como fonte. Na verdade não o espaço em si e sim a possibilidade da compreensão da ação humana em perspectiva analítica de interação. Onde se localizavam as instituições científicas da Corte? O que a espacialidade da antiga capital do império imprimia nos seus agentes? Como construir o mapa das atividades científicas imperiais? A cidade é vívida. Seus atores interagem e constroem discursos aos percorrê-la e interagirem com a mesma. Seus espaços são marcados por interações, hierarquias e barreiras reais e simbólicas, que também são componentes importantes e indispensáveis a construção das análises e reflexões históricas.

Ao selecionarmos os *espaços de ciências* fazemos uma escolha de compreendê-los para além de sua produção intelectual. Procuramos, assim, percebê-los enquanto participantes da dinâmica urbana do Rio de Janeiro, e em certo alcance das teias de significados que compõem a vida na cidade. Mais do que registro, pretendemos aqui entender a construção de um mapa enquanto processo.

### **Relações Interinstitucionais da Corte Imperial**

Para mapear os agenciamentos estabelecidos por esse plano de forças, é

necessário compreender a produção de ciência a partir das instituições analisadas e a perspectiva científica de alguns de seus participantes. Um dos casos mais emblemáticos é o do Dr. Ladislau de Souza Mello e Netto (1838-1894), diretor do Museu Nacional entre 1874 e 1893 e membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB). Sua atuação como diretor levou o Museu Nacional à participar da Exposição Internacional de 1889, em Paris, dando visibilidade aos espaços de produção científica no Brasil, a exemplo da criação do primeiro periódico do museu, o *Archivos do Museu Nacional*.

Mesmo com sua formação na área da Botânica, Ladislau Netto demonstrou grande interesse na área da antropologia, mais especificamente a etnografia, ao participar de expedições ao norte do país, o que resultou na organização de exposições com acervo etnográfico originários dessas expedições. A atuação em esferas disciplinares diferentes demonstra o quão complexo era o desenvolvimento da cultura científica do país, que passava por um momento de autoafirmação com a Proclamação da República e a reestruturação de todo o organismo institucional da nação.

O IHGB por sua vez teve papel essencial no reconhecimento do espaço e história nacional desde sua fundação em 1838, e no caso da participação do Dr. Ladislau Netto, este fez parte da Comissão de Arqueologia e Etnografia, uma das seções da Comissão Científica do Império que tinha como objetivo desenvolver um ideal civilizatório do Império do Brasil e o de invenção da identidade nacional.

### **Quatro Instituições para compreender as dinâmicas ciências imperiais**

Para alcançar os objetivos delimitados pela nossa intenção analítica tornava-se inviável debruçar-se sobre todas as instituições presentes na sessão de *Ciência, Instrução e Literatura* Almanaque Laemert. Prezando objetivar nosso intento analítico selecionamos quatro que representem os alcances das atuações ligadas à produção e reprodução dos saberes no Brasil.

A escolha foi baseada em três critérios:

**a) campo de atuação:** foram escolhidas instituições que apresentassem profissionais das três áreas de formação básica existentes no Império – direito, engenharia e medicina;



**b) relevância produtiva:** elegeram-se espaços que fossem relevantes na produção das ciências nacionais e que constituíssem diálogo com institutos brasileiros e estrangeiros;

**c) influência nas dinâmicas imperiais:** fez-se a opção pela escolha de corpos funcionais que estivessem presentes tanto na vida acadêmica/científica quanto nos espaços de decisão política do Estado brasileiro.

Por tais critérios foram eleitos para compor a análise: a Faculdade de Medicina, a Escola Politécnica, o Museu Nacional e o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Outros institutos, como a Faculdade de Direito e o Observatório Nacional, não foram contemplados por esse trabalho por julgarmos que seus corpos profissionais encontram-se representados pelas interações existentes entre as instituições científicas imperiais e pelo múltiplos pertencimentos de muitos dos agentes que compunham seus quadros profissionais.

➤ Faculdade de Medicina

A chegada da Corte portuguesa ao Brasil em 1808 provocou alterações profundas nas relações políticas brasileiras e na própria produção e reprodução dos saberes técnicos e acadêmicos na realidade brasileira. O processo de interiorização da metrópole, largamente discutido pela historiografia brasileira desde os anos 70 do século passado, trouxe um novo treinamento para as elites aqui instaladas e iniciou uma nova fase para as práticas científicas possíveis no Atlântico Sul no período.

Criada por carta régia assinada de 5 de novembro de 1808 a Escola de Anatomia, Medicina e Cirurgia, primeira denominação da Faculdade de Medicina que hoje integra os quadros acadêmicos da Universidade Federal do Rio de Janeiro, foi instalada no Hospital Militar que funcionava no antigo Morro do Castelo, zona inicial de ocupação da cidade do Rio de Janeiro.

Até o final do setecentos os médicos que atuavam na colônia ou não apresentavam qualificação formal ou a conseguiam junto a instituições de formação médica europeias, além de casos isolados de migrantes que vinham exercer as atividades médicas na América Portuguesa.

A criação de tal instituto representava uma importante modernização dos quadros profissionais atuantes nos domínios lusitanos no Atlântico sul, visto que ao

contrário dos domínios de Castela, a instalação de espaços de formação superior nunca foram fomentadas, ou ainda permitidas.

Durante o período Imperial adquiriu grande importância na formação dos principais nomes das ciências imperiais. Devido às limitações na formação dos quadros profissionais brasileiros, grande parte dos nomes ligados à zoologia, à botânica, à antropologia atuantes na Corte, e em outras províncias, passou pelas cadeiras da Faculdade de Medicina. Chame-se a atenção para a própria prática médica no Brasil, e em especial na cidade do Rio de Janeiro, que convivia com profissionais que atuavam, simultaneamente, na prática médica e nas salas de aula, e em casos específicos junto aos setores políticos imperiais.

#### ➤ Escola Politécnica

No mesmo quadro das transformações advindas com a chegada dos monarcas portugueses ao Brasil fora criada por decreto de 4 de dezembro de 1810 a Academia Real Militar<sup>4</sup>, que sucedia a Real Academia de Artilharia, Fortificação e Desenho. Sua criação estava ligada às necessidades que se constituíam após as alterações presentes no quadro político do Império Lusitano.

As práticas ligadas à engenharia surgiram ligadas às atividades militares. Objetivando a construção de fortificações e demais instrumentos de defesa, frente a possibilidade de ataques externos, impulsionou o desenvolvimento da engenharia militar que mais tarde seria desvinculada da civil.

Sua primeira sede, a Casa do Trem – espaço que hoje é sede do Museu Histórico Nacional – a Academia fora transferida para o Largo de São Francisco de Paula, onde mais tarde adquiriria o nome de Escola Politécnica, onde permaneceria até 1966, quando já integrava a Universidade Federal do Rio de Janeiro. O edifício hoje comporta os Instituto de Filosofia e Ciências Sociais e o Instituto de História, ambos da mesma Universidade.

A Escola Politécnica fora um dos principais quadros formadores de profissionais técnicos do Império do Brasil e seus agentes atuavam nos mais diversos campos. Em

---

<sup>4</sup> A Academia Real Militar passou para a denominação de Escola Militar e em 1858 assumiu a denominação de Escola Central. Em 1874 transferiu-se do Ministério do Exército para o Ministério do Império, momento no qual assume a denominação de Escola Politécnica e deixa clara a sua nova função e orientação produtiva.

um momento em que as ciências preconizavam desvelar os mistérios encobertos pela natureza, os engenheiros dedicaram-se ao estudo das potencialidades e alcances das riquezas nacionais. Uma importante congênere era a Escola de Minas de Ouro Preto que dividia com essa a função de ser centro de formação dos principais articuladores da engenharia brasileira no século XIX.

O ensino na instituição era constituído por três setores distintos: um curso de aspirações teóricas denominado de Ciências Matemáticas, Físicas e Naturais, um curso de Engenharia e Ciências Militares e um de Engenharia Civil. Note-se que o último dedicava-se a produção de obras ligadas à infraestrutura como a construção de estradas, pontes, canais, edifícios, aquedutos, açudes, represas, entre outras atuações, o que acabou por constituir um campo próprio das engenharias no país distinto daquela ligada às atividades de defesa e ímpeto militar.

➤ Museu Nacional

Criado em 1818, por decreto de D. João VI lavrado pelo Ministro dos Negócios do Reino Thomaz Antonio de Villanova Portugal, o Museu Real inauguraria um novo momento das ciências naturais no Brasil. Seu acervo seria inicialmente composto pelos espécimes restantes da antiga Casa de História Natural, acrescidos pela preciosa coleção mineralógica de Werner e de um presente especial de D. João VI: uma taça-cofre de prata dourada, ornada na parte superior com escultura em coral que representa a batalha de Constantino. Fato relevante e que deve ser realçado é a participação de Dona Leopoldina, futura Imperatriz do Brasil, primeira esposa de D. Pedro, na criação do então Museu Real. A Princesa austríaca educada, é tida como uma das principais incentivadoras do desenvolvimento das ciências no período sendo responsável pela intermediação feita com estudiosos no exterior e por trazer expedições científicas para os trópicos.

Nascia o Museu Real com a responsabilidade de promover os conhecimentos e estudos das ciências naturais no Reino. Apesar da herança adquirida pela ‘Casa dos Pássaros’, representa uma ruptura entre a realidade colonial anterior e a situação vigente naquele momento. Ao invés de enviar para a Metrópole os espécimes mais representativos da flora e fauna brasileiras, desempenhava um papel outro: de ser o próprio centro produtor das ciências na América Portuguesa. Após o processo de





independência assumiria o nome de Museu Imperial Nacional, e finalmente de Museu Nacional.

Constituir-se-ia como uma das mais importantes instituições científicas americanas do século, construindo diálogos com inúmeros institutos similares no Brasil e no Exterior, ocupando papel de relevância na representação nacional nos quadros das ciências internacionais. Teve papel de destaque na participação do país nas Exposições Universais, como a de Paris de 1889, além da promoção de comissões como a Geológica do Império, chefiada pelo famoso cientista Charles F. Hartt. Além desse, nomes como Orville Derby, Emilio Goeldi, João Batista de Lacerda, Ladislau Netto, dentre outros, figuraram entre os lentes que atuavam na instituição.

O último esteve à sua frente durante mais de vinte anos, sendo considerado o seu período áureo: momento em que assume a primazia das políticas científicas imperiais, inclusive na organização da Exposição Antropológica de 1882, momento mais significativo da produção de estudos referentes à antropologia e etnografia do período monárquico brasileiro. Essa exposição pode ser entendida como um dos marcos divisórios dos estudos antropológicos no país.

#### ➤ Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro

A fundação do IHGB está intimamente ligada a uma instituição muito importante do oitocentos chamada Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional . A SAIN fora um importante veículo de propagação dos saberes e das técnicas no Brasil. Proposta, inicialmente, em 1816 por Inácio Alvares Pinto de Almeida, sem grande sucesso, seria reproposta em 1820, sendo autorizada em 1824 pelo Imperador e reconhecida em 1825. Passaria a funcionar regularmente a partir de sua inauguração em 19 de outubro de 1827. Em seus quadros havia homens do Estado, comerciantes, agricultores, homens das ciências, que se dedicavam a definir os caminhos do desenvolvimento produtivo brasileiro, ou seja, procuravam determinar os caminhos a serem tomados para que fosse, então, alcançado o progresso, palavra com tanto peso e significado naquele século.

O Instituto passaria a ser, rapidamente, identificado como *locus* da escrita da história nacional, ganhando, quase que de imediato após a sua criação a proteção do jovem Imperador D. Pedro II. Entusiasta das ações do IHGB passaria a frequentar

cotidianamente suas reuniões, presidindo sessões, fazendo propostas de campos de estudo e de trabalho. O Estado passaria, gradativamente, a ser um dos principais, se não o principal, fomentador do Instituto, que de certa forma viria a ser um veículo presente nos atos oficiais.

A primeira geração <sup>5</sup> do IHGB teria um grande desafio pela frente. Não se tratava apenas de fundar um instituto e programar reuniões periódicas para discussões, como era feito em clubes e saraus literários. O conteúdo programático do Instituto era bem caro no que dizia respeito as suas atribuições e o advento da proteção e fomento Imperial viria a corroborar a importância do mesmo. Caberia a essa geração <sup>6</sup> apresentar as propostas metodológicas e formais para a escrita da história brasileira, aquela que viria a ocupar o lugar de panteão nacional dos grandes feitos, dos grandes heróis, que serviriam de amálgama entre o presente ali então construído e o passado por desvendar e recriar.

## **Fluxos do Mapeamento**

Ao dar início às pesquisas para a realização do presente artigo, nos utilizamos

---

<sup>5</sup> São 27 os sócios fundadores do IHGB: Alexandre Maria de Mariz Sarmento, chefe da Contadoria Geral do Tesouro, Antônio Alves da Silva Pinto, advogado, Antônio José de Paiva Guedes de Andrada, chefe da Secretaria dos Negócios do Império, Aureliano de Souza e Oliveira Coutinho, depois visconde de Sepetiba, Bento da Silva Lisboa, mais tarde barão de Cairú, Caetano Maria Lopes GaTomé Maria da Fonseca e Silva, administrador da Recebedoria do Município, depois visconde de Maranguape, Cândido José de Araújo Viana, depois marquês de Sapucaí, Conrado Jacob de Niemeyer, militar e geógrafo, Emílio Joaquim da Silva Maia, professor do Colégio Pedro II, Francisco Cordeiro da Silva Torres Alvim, visconde de Jerumirim, Francisco Gê Acaiaba de Montezuma, depois visconde de Jequitinhonha, Inácio Alves Pinto de Almeida, Secretário da Junta de Comércio, Januário da Cunha Barbosa, cônego, João Fernandes Tavares, mais tarde visconde da Ponte Ferreira, Joaquim Caetano da Silva, professor do Colégio Pedro II, Joaquim Francisco Viana, bacharel em matemática, José Antônio Lisboa, deputado da Junta de Comércio, José Antônio da Silva Maia, político e procurador da Coroa, José Clemente Pereira, político, José Feliciano Fernandes Pinheiro, visconde de São Leopoldo, José Lino de Moura, contador da Caixa de Amortização, José Marcelino da Rocha Cabral, advogado, José Silvestre Rebelo, negociante, Pedro de Alcântara Bellegarde, militar, diretor da Academia Militar, Raimundo José da Cunha Matos, marechal de campo, Rodrigo de Souza da Silva Pontes, desembargador e diplomata, Tomé Maria da Fonseca e Silva, administrador da Recebedoria do Município

<sup>6</sup> “(...) chama a atenção o fato de que a maioria dos fundadores exercia sua atividade profissional no serviço público: ou seja na magistratura, na carreira pública de nível superior, no caso dos portadores de diploma de formação em faculdades jurídicas, ou ainda como militares ou funcionários públicos, que, mesmo sem a conclusão de um curso superior, conseguiram qualificação no exercício profissional. Além disso, uma vez que o Estado no Brasil do século XIX detinha o poder do *padroado* sobre a Igreja e, além disso a Constituição declarava o Catolicismo como a religião oficial do Império, é possível ainda incluir os religiosos no conjunto dos servidores públicos.” (GUIMARÃES, 2010, p.91)

dos dados contidos no Almanaque Laemert. Tais dados continham os nomes, funções e endereços dos sujeitos envolvidos nos agenciamentos na produção de ciências e suas respectivas instituições. Como ferramenta de mapeamento nos utilizamos do Google Maps, um recurso moderno que nos permitiu inserir os dados de maneira sistemática para obter uma visualização do espaço e das relações estabelecidas. Em algumas situações verificou-se inconsistências em informações contidas no almanaque e a atual configuração política do espaço analisado, no caso, a cidade do Rio de Janeiro.

Reconhecer o espaço de produções científicas, seus agentes individuais e institucionais revela um esforço de Estado pela construção de uma cultura científica, mas revela também aspectos subjetivos que formam uma rede informacional que foi essencial para o desenvolvimento do imaginário do cidadão brasileiro enquanto indivíduo capaz de superar as influências europeias, até então modelo copiado acriticamente no estabelecimento de ações para o progresso do país.

### **Referências Bibliográficas**

AZEVEDO, Fernando. **As Ciências no Brasil**. Rio de Janeiro, Editora UFRJ, 1994.

CARVALHO, José Murilo de. **A formação das almas: o imaginário da República no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

\_\_\_\_\_. **Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.

\_\_\_\_\_. **A construção da ordem: a elite política imperial. Teatro de Sombras: a política imperial**. 5ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. São Paulo: Editora da UNESP, 2000.

CUNHA, Dulce F. Fernandes da. **A Biblioteca do Museu Nacional do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Museu Nacional, 1966. (Série Livros, 3)

DANTAS, Regina Maria Macedo Costa Dantas. **A Casa do Imperador: do Paço de São Cristóvão ao Museu Nacional**. Rio de Janeiro: Dissertação de Mestrado. UNIRIO, 2007.

\_\_\_\_\_. **Quando um Botânico se envolve com a Antropologia: reflexões sobre Ladislau Netto no Museu Nacional**. Rio de Janeiro, 2010.

DELEUZE, Gilles; GUATARRI, Félix. **Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia**. v. 1. Tradução de Aurélio Guerra Neto e Célia Pinto Costa. Rio de Janeiro: Ed.34, 1995.



DOMINGUES, Heloísa Maria Bertol. **A Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional e as Ciências Naturais do Brasil Império.** In: DANTES, Maria Amélia. (org.) Espaços da Ciência no Brasil. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, 2001.

FIGUEIRÔA, Silvia F. de M.(org.). Um olhar sobre o passado: História das Ciências na América Latina. Campinas: Editora Unicamp/Imprensa Oficial, 2000.

GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. **A disputa pelo passado na cultura histórica oitocentista no Brasil.** In: CARVALHO, José Murilo de (org.). Nação e cidadania no Império: novos horizontes. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

\_\_\_\_\_. **Nação e civilização nos trópicos: O IHGB e o projeto de uma História Nacional.** Rio de Janeiro, Estudos Históricos 1(1) 1988, 5-27.

\_\_\_\_\_. **Historiografia e Nação no Brasil: 1838 – 1857.** Rio de Janeiro: EdUERJ, 2011.

LOPES, Maria Margaret. **O Brasil descobre a pesquisa científica: os museus e as ciências naturais no século XIX.** São Paulo: Ed. HUCITEC, 2009

SANJAD, Nelson. **A Coruja de Minerva: o Museu Paraense entre o Império e a República (1866-1907).** Brasília: Instituto Brasileiro de Museus; Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi; Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz, 2010.

PASSOS, Eduardo; KASTRUP, Virgínia; ESCÓSSIA, Liliana da. (orgs.). **Pistas do Método da Cartografia: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade.** Porto Alegre: Sulina, 2010.

SILVA, Paulo Vinícius Aprígio da. **A ocupação do Palácio de São Cristóvão: estratégias em prol do apagamento da memória monárquica.** Rio de Janeiro: IFCS, Departamento de História, 2009.

\_\_\_\_\_. **Nas páginas o que está escrito? O Archivos do Museu Nacional e a promoção das ciências no oitocentos.** Rio de Janeiro: dissertação de mestrado. HCTE/UFRJ 2012

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O Espetáculo das Raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870-1930.** São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

\_\_\_\_\_. **As barbas do Imperador.** Um monarca nos trópicos. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.



# XXVIII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA

LUGARES DOS HISTORIADORES: VELHOS E NOVOS DESAFIOS

27 A 31 DE JULHO DE 2015

FLORIANÓPOLIS - SC